

**LEI Nº 159/2009**, de 15 de dezembro de 2009.

**Reestrutura o Programa de Incentivos Fiscais às Indústrias que se instalarem ou ampliarem suas atividades no município de Medianeira, e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

**L E I:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder isenção de Tributos Municipais pelo prazo de 10 (dez) anos, condicionada a comprovação anual do cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta lei, a todas as indústrias enquadradas de acordo com a tabela de códigos e denominações da CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas, oficializada mediante publicação no DOU - Resoluções IBGE/CONCLA nº 01 de 04 de setembro de 2006 e nº 02, de 15 de dezembro de 2006.

**§ 1º** Igual benefício fiscal, poderá também ser concedido às empresas não industriais, que se enquadrarem na Divisão 38 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

**§ 2º** A isenção instituída por esta Lei abrangerá os tributos municipais a seguir especificados:

- I - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, desde que comprovado o domínio ou a posse do imóvel;
- II - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN;
- III - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de bens imóveis - ITBI, quando o imóvel adquirido destinar-se exclusivamente para instalação de indústria;
- IV - Taxa de Licença de estabelecimentos de produção, comércio, indústria, prestação de serviços e outros e suas respectivas renovações no período de gozo dos referidos incentivos;
- V - Taxa de Licença para execução de arruamentos, loteamentos e obras;
- VI - Taxa de Licença para Publicidade;
- VII - Taxa de Laudo de Vistoria – Habite-se;
- VIII - Taxa de Vigilância Sanitária.

**§ 3º** O incentivo de que trata este artigo será concedido ao interessado que o requerer, à vista de parecer técnico emitido pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio Econômico, desde que comprovado o cumprimento de todas as exigências legais aqui estabelecidas.

**§ 4º** Deve se declarar Impedido ou suspeito, o membro do Conselho, de que trata o parágrafo anterior, quando for colocada em pauta para fins de análise, processo administrativo em que esse integre:

- I - seja parte, tenha qualquer interesse ou preste serviço à empresa que está sendo submetida à análise do pedido;
- II - seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau;

III - nas demais situações previstas na legislação administrativa e tributária.

**§ 5º** Os benefícios previstos nas hipóteses do § 2º do presente artigo, terão o início de sua vigência a partir do primeiro dia do exercício subsequente ao da concessão, se deferido, devendo ser requerido dentro dos prazos regulamentados mediante decreto exarado pelo Poder Executivo Municipal, em cada exercício, e submetido aprovação pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio Econômico.

**Art. 2º** Os benefícios previstos nos termos do artigo 1º, serão concedidos pelo prazo de 10 (dez) anos, cuja manutenção dos mesmos fica condicionada à comprovação anual, por parte da requerente, do cumprimento, no período a que se refere, dos requisitos comprovados para sua obtenção.

**§ 1º** O prazo de concessão dos referidos incentivos, será de até 10 (dez) anos contados ininterruptamente, a partir do primeiro exercício financeiro a que tiver direito aos mesmos.

**§ 2º** Àquelas empresas que já gozam ou gozaram benefícios fiscais, mesmo os decorrentes de legislação anterior, conceder-se-á pelo prazo de 10 (dez) anos, descontados os anos de que já se aproveitou.

**Art. 3º** Para a concessão dos benefícios previstos nesta Lei deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I – Contrato Social registrado e a última alteração ser for sociedade ou atos constitutivos em caso de empresa individual, no Órgão competente;

II – Cartão do CNPJ atualizado;

III – Comprovante de registro dos funcionários e empregados e respectiva cópia da folha de pagamento, ou declaração firmada pelo titular em caso de empresa de economia familiar, do mês imediatamente anterior ao da Protocolização do pedido;

IV – Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, do último exercício financeiro encerrado, devidamente assinados pelo titular da requerente, bem como pelo seu contabilista responsável; e para empresas instaladas no exercício financeiro a que se referir a solicitação, balancetes mensais dos últimos 06 (seis) meses anteriores ao do pedido, ou tantos quantos existirem a partir de sua constituição.

V – Estudo de viabilidade e/ou orçamento empresarial para o exercício financeiro em curso;

VI – Cópia da matrícula do respectivo cartório de registro de imóveis, do imóvel que comprove a área construída, juntando ainda:

a) no primeiro pedido de benefício, cópia do projeto arquitetônico aprovado pelo Município;

b) quando das comprovações anuais visando à manutenção dos benefícios, quanto a área construída, deverão ser comprovadas as alterações realizadas devidamente aprovadas pelo Município ou declaração da sua inexistência;

VII – Requerimento, segundo modelo padrão regulamentado pelo Município, especificando os tributos de que pleiteia isenção;

VIII – Comprovações da regularidade, fiscal, tributária e previdenciária da requerente, dos sócios e do titular e do imóvel onde está ou será sediado o estabelecimento, perante as fazendas Municipal, Estadual e Federal.

IX – Comprovante de Licença ambiental definitiva ou provisória, ou ainda da solicitação prévia de funcionamento do empreendimento junto ao Órgão competente, para o desenvolvimento da atividade no local onde está ou será sediado o estabelecimento;

X – Cópia do documento comprobatório do domínio ou posse do imóvel, podendo ser cópia do contrato de locação ou termo de concessão de direito real de uso do imóvel onde está ou será sediado o estabelecimento e, no caso de escritura publica de compra e venda a cópia do registro junto ao cartório de registro de imóveis;

XI – Cópia do carnê do IPTU do imóvel onde está ou será sediado o empreendimento.

**Art. 4º** Em caso de venda, sucessão ou transferência de empresa beneficiária, seu(s) herdeiro(s) e/ou sucessor(es), poderão continuar a gozar dos mesmos benefícios fiscais, pelo saldo do período de incentivo, desde que cumpridas todas as obrigações aqui estabelecidas.

**§ 1º** As empresas beneficiárias desta Lei instaladas no Município e que se encontrarem inativas por mais de 6 (seis) meses perderão os referidos incentivos.

I - Retornando às atividades poderá requerer o restabelecimento dos benefícios, desde que comprovado o cumprimento de todos os requisitos necessários ao processo de concessão.

**§ 2º** As empresas beneficiárias desta Lei que ampliarem suas instalações poderão requerer os benefícios aqui previstos apresentando o Projeto de viabilidade econômica da ampliação e, comprovando o cumprimento de todos os requisitos necessários ao processo de concessão.

**§ 3º** A empresa beneficiária desta Lei que abrir filial e/ou depósito, poderá protocolar os documentos referentes à abertura desses novos estabelecimentos e requerer, como ampliação, os benefícios aqui assegurados durante o mesmo período concedido a matriz.

**Art. 5º** Os benefícios concedidos nos termos da presente Lei serão imediatamente cancelados quando:

- a) não forem observadas as normas estabelecidas nesta Lei ou no seu regulamento;
- b) os sócios, as empresas e/ou os imóveis onde estão estabelecidas, estiverem em débito com o Município;
- c) transferir a posse do imóvel a terceiros para o desenvolvimento de atividade diversa.

**Art 6º** Fica revogada a partir desta a Lei 112/09 de 22 de setembro de 2009.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal 25 de Julho, Medianeira, 15 de dezembro de 2009.

Elias Carrer  
**Prefeito**